

APRESENTAÇÃO¹

Esta obra se constitui como a terceira publicação do grupo de pesquisa Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIPE/CNPQ, pertencente à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI. Fundado em 2010, o NHIPE reúne 14 pesquisadores, mestres e doutores, em sua maioria professores da referida Universidade, e outros vinculados à Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB e à Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC. A sua estrutura é composta por 04 linhas de pesquisa, a saber: 1) Cultura, História, literatura e documento material, 2) História Política, Relações de Poder, Políticas Educacionais e Religião, 3) Linguagens, Cultura Audiovisual e Mídias Contemporâneas, 4) Memória, Identidades, História, Educação Histórica e Relações Étnico-Raciais.

A complexidade do grupo é evidenciada pelos resultados dos estudos de seus membros cujos variados temas de investigação são traçados por um itinerário epistêmico de grande envergadura, interlaçando-se com os matizes dos diferentes campos das Ciências Humanas. A diversidade de fontes e a interlocução com as categorias das múltiplas áreas das Ciências Humanas faz com que este livro problematize uma riqueza de objetos de estudo em História, Educação e ensino; História Política; Política Educacional; História e Literatura; História e Cinema; Cultura Audiovisual; História das Religiões; Relações Étnico-Raciais; Memória. Portanto, estabelece um debate de métodos e técnicas com vários ramos do saber.

O teor multidisciplinar desta obra com diferentes autores, cada um com seu objeto de investigação específico, não cai na armadilha do conhecimento fragmentado, compartimentado. Os vasos intercomunicantes são a mola mestra desta coletânea. Se toda historiografia é seleção, ela não pode perder a sua totalidade. O historiador inglês Eric Hobsbawm foi meticuloso quando se referiu que “[...] não existe uma coisa do tipo história econômica, social, antropológica, ou história psicanalítica: existe apenas história.” (HOBSBAWM, 1998, p. 78).²

O livro está dividido em duas partes: 1) Interloquções das ciências humanas na produção historiográfica, que perfaz 04 capítulos, e 2) Histó-

¹DOI - 10.29388/978-65-81417-64-2-f.11-16

² HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ria, educação e sociedade, totalizando 05 capítulos.

No primeiro capítulo, “História e Ciências das Religiões: abordagens sobre espiritualidade, teologia da prosperidade e política”, dos autores João Batista Vicente do Nascimento e Carlos André Macêdo Cavalcanti, tem como foco algumas abordagens na perspectiva da história e ciências das religiões com ênfase nos debates sobre espiritualidade, teologia da prosperidade e política. Tem por objetivo discutir a respeito de pressupostos teórico-metodológicos que envolvem o estudo da religião e sua emancipação enquanto campo do conhecimento. Dialogando a partir da História, suscita a importância das ciências humanas e sociais e a relevância do debate interdisciplinar para os estudos religiosos. Discorre sobre a não existência de um conceito universalmente aceito sobre Religião, realçando sobre a relação dos sujeitos históricos desde os primórdios da humanidade com o sobrenatural, com o sagrado, com as divindades e com as práticas espiritualistas. Acrescenta-se discussões sobre o conceito de espiritualidade e sobre os aspectos relacionados à singularidade e pluralidade das ciências das religiões e as vertentes do protestantismo que se desenvolveram no Brasil, mais especificamente, com o movimento neopentecostal e o advento da teologia da prosperidade bem como as injunções políticas promovidas a partir do surgimento da “Bancada Evangélica” e o estreitamento da mesma com o neopentecostalismo. Buscou-se uma metodologia qualitativa com fontes bibliográficas cujos resultados demonstram a importância das ciências das religiões para os estudos religiosos e políticos no tempo presente.

O segundo capítulo, intitulado “História Política: Importante Chave de Leitura para Compreensão do Policiamento nos Sertões da Bahia” de autoria de João Reis Novaes evidencia que a História Política, quando considerado seu processo de renovação ocorrido ao longo do século XX e associado a um método heurístico de investigação, como o indiciário, pode tornar-se uma importante chave de leitura para compreensão da interação estabelecida entre os integrantes da força pública e os chefes políticos que viviam nos sertões da Bahia ao longo da Primeira República, mas especificamente entre os anos de 1891 e 1930. O autor destaca que, nesse recorte espacial e temporal, as ações dos agentes policiais demonstravam que os mecanismos de controle e disciplina utilizados por sua Instituição eram frágeis e a relação cotidiana estabelecida entre os agentes policiais e os mandões locais era bastante complexa.

O terceiro capítulo, sob a rubrica “As Grades do Riso: uma história de condenação e emancipação”, de Joslan Santos Sampaio, busca historicizar o riso, bem como a comédia, por meio da apresentação de um processo socialmente construído de regulação, para compreender que à medida que mudava a compulsão sobre o riso e a narrativa cômica, ao longo do processo civilizador, alterava, também, a compreensão sobre as diferentes maneiras do homem se relacionar com os temas e objetos sagrados. Diante disso, o autor identificou, ao acompanhar a atmosfera de mudanças e permanências que se seguiu durante o processo civilizador e, mais tarde, em resultado do processo de informalização que possibilitou um afrouxamento das antigas regras dos comportamentos, a mudança uma memória construída discursivamente sobre a comédia e seu produto: o riso.

O quarto texto “História e Filosofia da Práxis: uma historiografia necessária em Gramsci”, de Wilson da Silva Santos, discorre nos escritos de Gramsci sobre a sua “teoria” da história. Para o autor, Gramsci assevera a constituição de uma concepção de história para tratar da política, da arte, da economia, da ética e das ciências naturais. Esse entendimento se sustenta sobre um tripé – na filosofia clássica alemã, na economia clássica inglesa e na ciência política francesa – e elabora, partindo daí, uma síntese desses três movimentos, desenvolvendo uma identidade dialética materialista. Por fim, a ideia subjacente no pensamento gramsciano é que a historiografia não perde a capacidade de identificar as reciprocidades do processo dialético entre estrutura e superestrutura como concepção imanentista da realidade, valor concreto da história e identidade dos contrários no ato histórico.

O capítulo quinto intitulado “Interloquções entre Educação e História: o uso de documentos escritos na pesquisa em história da educação”, das autoras Antonieta Miguel e Solyane Silveira Lima, problematiza os usos dos documentos escritos, estabelecendo relações e distanciamentos entre a produção da pesquisa educacional e a historiográfica. O ponto de partida da discussão se constituiu através das demandas que os(as) estudantes apresentaram a partir de consultas aos manuais de metodologia de pesquisa em educação e em história e da experiência das autoras no processo de iniciação científica com seus os(as) orientandos(as). Assim, analisam os procedimentos de pesquisa do campo historiográfico, em especial, a forma através da qual este trata as suas fontes, sem per-

der de vista as peculiaridades dos objetos e temas advindos do campo educacional. Para discutir o uso das fontes documentais escritas, nessa interlocução entre história e educação, as pesquisadoras dividem o artigo em três momentos: Inicialmente estabelecem uma discussão sobre a formação do campo da História da Educação no Brasil, os historiadores e os documentos. Em seguida, apresentam como a pesquisa documental vem sendo tratada nos manuais de metodologia científica, destacando a maneira como esses manuais abordam o uso dos documentos nas pesquisas. E, por fim, refletem sobre o documento escrito e suas possibilidades de uso na História da Educação. Dessa maneira, almejam corroborar com a ideia de que, ao fazer história da educação, os sujeitos produzem história a partir de um determinado objeto, que é a educação.

Já o sexto capítulo, “O Histórico (do) Problema Universitário Brasileiro”, cujos autores são Ari Fernandes Santos Nogueira e Iracema Oliveira Lima, parte do seguinte questionamento: qual(is) a(s) transformação(ões) histórica(s) pode(m) ser observadas na pauta das discussões sobre a institucionalização da educação superior no Brasil? Buscando contribuir para a construção de entendimentos sobre a historicidade da institucionalização da educação superior no Brasil, mediante análise documental, esse objetivo geral foi desdobrado para os específicos de (i) identificar e categorizar a discussão sobre a institucionalização da universidade no Brasil e; (ii) analisar as mediações históricas e políticas que inscrevem essa discussão. Dessa forma, foi possível observar que o debate acerca da educação superior brasileira tem se concentrado em refletir sobre sua função social, qualidade do acesso e diplomação, organização e autonomia acadêmico-administrativa, sendo que essas pautas são transformadas e ressignificadas conforme o contexto e conjuntura político-econômico-social em que se inscrevem.

Genilson Ferreira da Silva, em seu texto “Os Debates sobre Educação Pública e o Combate ao Racismo no Brasil nos anos 1980”, analisa o fenômeno de defesa da educação pública refletido nos debates raciais ocorridos durante os anos oitenta do século passado, sobretudo a partir do processo de abertura e abrandamento da Ditadura Militar. Procura compreender essa relação entre defesa da educação pública e debate racial através das proposições, via Projetos de Leis, dos deputados federais Abdias Nascimento, Paulo Paim e Benedita da Silva. Ademais, também tece uma observação que a defesa da educação pública em consonância com

retorno dos debates raciais suscita o recrudescimento dos discursos em favor da defesa da iniciativa privada na educação.

No texto “Do exótico ao familiar e vice-versa: o que a História e Educação Histórica têm a aprender com o campo dos estudos surdos?”, a Professora Luciana Oliveira Correia traz algumas reflexões sobre possíveis diálogos entre estes dois campos acadêmicos a partir da análise de sete dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História (acadêmicos e profissionais) cujo objetos de estudos foram surdez, cultura surda, educação e ensino de História para discentes surdos. A autora assevera que os estudos surdos é um campo interdisciplinar e o seu interesse de pesquisa se assenta na surdez como fenômeno sociocultural. Apesar de nenhuma destas pesquisas mencionassem, diretamente, os estudos surdos, são pesquisas que problematizam os discursos, representações e imaginários hegemônicos sobre a surdez e as pessoas surdas a partir de diferentes fontes.

Por fim, no capítulo nove, “Algumas Contribuições da Sociologia de Stephen Ball para as Pesquisas sobre Políticas de TIC e educação: contextualizações, neoliberalismo e novos gerencialismos”, de Maria Sigmar Coutinho Passos, aborda como as pesquisas e análises do sociólogo inglês Stephen Ball ajudam no entendimento dos processos neoliberalizantes das políticas educacionais, das novas configurações entre o Estado e o mercado, das redes de poder que articulam o macrocontextos e microcontextos, e o novo gerencialismo que privatizam as políticas sociais por mecanismos endógenos. Apresenta a Sociologia crítica de Ball como um importante referencial teórico-metodológico para pesquisadores interessados na investigação dos fenômenos educacionais.

Essa apresentação panorâmica do livro tenta mostrar ao leitor que não se trata de um conjunto de pesquisas voltado exclusivamente para o mundo acadêmico. A intenção deste trabalho é mostrar a interseção da historiografia com os distintos temas candentes de nosso tempo. Nesse sentido, essa coletânea não está encerrada nos intramuros da universidade. Ela propõe diálogos com os diversos sujeitos de múltiplos saberes. Assim, não fecharemos o debate. Aos leitores, desejamos uma excelente travessia nessa obra.

Os organizadores.